

Administradores Coloniais em formação:

Algumas notas sobre a produção de conhecimento antropológico e a ação do Estado em Angola¹

Carla Susana Alem Abrantes

Doutoranda do PPGAS / MN / UFRJ

Resumo

Esta comunicação pretende fazer uma reflexão sobre a produção de conhecimento antropológico sobre sociedades africanas a partir de registros textuais de administradores portugueses em Angola, no período colonial. Procura-se experimentar caminhos analíticos para uma etnografia em uma instituição de ensino superior formadora de quadros administrativos para as colônias.

Palavras-chave: antropologia, educação, administração colonial, Angola

Abstract

This paper intends to reflect about the anthropological production of knowledge about african societies, through documents of portuguese administrators in Angola, in the colonial period. The intention is to experiment analytical pathways for an ethnography in an institution of superior education which formed administrators for the colonies.

Key words: anthropology, education, colonial administration, Angola

INTRODUÇÃO

Que valor podem ter os escritos de administradores coloniais portugueses para a antropologia realizada hoje em Angola, em um contexto pós-colonial? Embora os relatos sejam marcados por uma ideologia própria daquele momento, ou seja, por uma visão etnocêntrica e racial ao qualificar como inferiores os grupos identificados por uma marca de diferença, isso não significa que possamos deixá-los de lado. Ali se condensaram visões de mundo e maneiras de se produzir conhecimento sobre o *outro*².

¹ “Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.”

² As aspas estão sendo utilizadas nesta comunicação para as expressões retiradas dos textos e trabalhos do universo de pesquisa que escolhemos como objeto, bem como para os títulos de artigos publicações e citações de

E por isso, podem ser colocados como objeto de reflexão no sentido de traçar paralelos com o fazer antropológico atual.

Como os antropólogos, os administradores coloniais também estiveram ocupados em uma descrição e definição sociedades locais, enquanto funcionários do governo em terras estrangeiras. Esses registros de contato e interpretação estão armazenados em arquivos dos antigos impérios; e o seu acesso nos permite uma compreensão mais próxima, e ao mesmo tempo distanciada, dessa experiência do passado. Ao encarar esses fragmentos como *fatoss etnográficos*³, estarei olhando para o passado de uma perspectiva diferenciada, ao perguntar, antes de mais nada, sobre como foi possível um sistema colonial, construtor de imagens sobre a população africana, existir. Ao colocar o foco de luz sobre o registro da atividade da administração colonial inspiro-me nas sugestões de Mahmood Mandani, que afirmou que as novas formas de governo nos países africanos são devedoras de estruturas construídas no período colonial. E compreender essas estruturas em processo de construção - como regularam ou pretenderam regular a população que se localizava nesse território estrangeiro - pode ser um interessante ponto de partida⁴.

Este é o objetivo deste texto: tecer alguns comentários sobre a atividade desses administradores no passado. Além disso, pretendo explorar seu contexto da formação acadêmica, os locais por onde passaram e conformaram certas visões de mundo, sobre si mesmos e sobre a *diferença*. Mas por que essa relação entre formação e administração? Num primeiro momento, a minha intenção era a de compreender a atividade dos administradores coloniais no território africano⁵. Mas, a partir de um primeiro contato com esse universo, além de estar orientada por uma formação específica no PPGAS/MN, encontrei nas dissertações de licenciaturas um local privilegiado de investigação. Meu foco, então, se alterou para os espaços de ensino cuja função esteve em grande medida conectada com o projeto colonial português⁶. A leitura dos registros deixados pelos administradores passa a ser orientada por uma perspectiva que considere também o seu contexto de produção, o que me remete a levantar questões a respeito do lugar e das relações sociais que permearam a sua construção, para além do próprio conteúdo circunscrito em suas páginas.

outros autores, como é usual. O outro critério de grafia utilizado é o itálico como um recurso que permite ponderar quanto a algum aspecto dos termos ou expressões.

³ Aqui fazer menção ao significado do “*fatoss etnográficos*”, ver autores que poderiam ser referências para este tipo de pensamento. Malinowski.

⁴ Cf. MAHMOOD, Mandani (1996).

⁵ A partir de um primeiro levantamento sobre o pensamento social angolano, encontramos as narrativas de Mário António Fernandes de Oliveira

⁶ Na minha dissertação focalizei a construção de um pensamento social sobre Angola a partir de um intelectual cuja trajetória esteve conectada com as estruturas de Estado naquele território, no período colonial. Para esta referência, ver Abrantes, 2007. A primeira viagem de campo foi realizada entre setembro e dezembro de 2007 em Lisboa, Portugal, onde foram levantadas as primeiras informações sobre o ISCSPU que constam no presente texto.

O que farei aqui será delinear um pequeno fragmento destes escritos ao escolher um único ator e pontuar os procedimentos que adotarei para construir um documento como um fato etnográfico. Nosso administrador é Carlos Gouveia Franco, funcionário português alocado no território angolano que escreveu uma dissertação de licenciatura em 1966 cujo título é “*Da utilidade e viabilidade dos métodos de desenvolvimento comunitário em Programas de Promoção Sócio-Econômica em Algumas regiões de Angola*”. Esse texto é o produto do contato de Franco com diferentes grupos étnicos em Angola e com um circuito de acadêmicos em Lisboa. Na primeira parte deste texto, descreverei um resumo da sua dissertação, para na segunda aproximar-me das suas condições de produção. Em um terceiro momento, seguindo com comentários a respeito da relação entre antropologia e administração colonial passarei a destacar alguns pontos sobre a relevância em se revisitar o passado para o ofício e ensino da antropologia na atualidade.

OS “ENSAIOS”: o que Franco diz ter sido a sua experiência como administrador colonial?

Ao longo das 254 páginas escritas por Franco como aluno do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (doravante ISCSPU), 114 se destinaram a descrever a sua atuação como administrador ao longo dos quase 8 anos que trabalhou a serviço do Governo Português. Nestas páginas, ao relatar as atividades desempenhadas, Franco as identifica como “ensaios”, ou seja, ações,

“(…) conformando-se à aplicação de técnicas de Desenvolvimento Comunitário e tendo, entre outros, o objectivo da verificação da viabilidade da aplicação dessas técnicas, quer em relação às sociedades tradicionais - e às sociedades já em fase de mudança - sobre que foram exercidas, quer em relação às estruturas administrativas em que aquelas se integravam” (Franco, 1966:85).

O termo “ensaio” seria então utilizado no lugar de “experiência”, explica Franco, ao sinalizar para a sua intervenção a partir de técnicas inovadoras caracterizadas pela *colaboração* com as populações, ao contrário de ações impositivas, técnicas estas que denomina de D.C. (desenvolvimento comunitário). Do seu ponto de vista, não seriam “descrições”, mas uma narrativa preocupada e consciente com a aplicação de “técnicas” em que os grupos locais também participassem de forma “ativa”, como vemos no trecho seguinte:

“Com efeito, a nossa pretensão é a de mostrar que esses ensaios observavam os elementos essenciais de iniciativa, de participação activa das populações no planeamento e na execução dos trabalhos e de que aquele foi estabelecido tendo em conta as aspirações da população e a solução de algum problema que se lhes punha. Que, na medida em que a solução desses problemas era igualmente objectivo dos programas da administração, as populações se associaram a esta na execução das soluções criadas” (Franco, 1966:85)

As atividades de Franco foram desenvolvidas no período de dezembro de 1957 a março de 1966 em três locais distintos, com problemas e formas de atuar também distintas. As suas palavras mostram passo a passo os acontecimentos ocorridos na sua relação com os grupos com os quais atuava, fazendo sempre pausas para reflexão sobre a melhor forma de atuação. Na primeira função, relata ocupar o cargo de chefe do Posto da sede do Concelho de Ganguelas, sendo responsável pela promoção de reuniões com autoridades locais da comunidade de Capembe, e procurando mediar os interesses daquela comunidade às necessidades da administração. Na descrição, as comunidades passam a ser denominadas de “comunidades interessadas”, por serem consultadas sobre as necessidades e meios de alcançar certos resultados.

Um exemplo do seu papel como administrador pode ser retirado desse primeiro “ensaio”, o mais curto dos três, onde Franco ao consultar a comunidade verificou que o problema para o incremento de rendimentos estava na ausência de solo irrigado e fértil, o que tornava a comunidade dependente das chuvas anuais. Preocupado sempre com a disposição para a ação da população, Franco consegue por um meio participativo, que se chegue a uma solução: a explosão de uma rocha e construção de uma vala para acesso às águas do rio mais próximo. Em meio a esta descrição, diz não estar impondo as suas condições ao grupo, fato que não seria aconselhável, como sugere:

“A vala mostrava-se realmente necessária mas não víamos possibilidade de conseguir o dinheiro para a construir e o único consistia em fazê-la abrir pelos interessados, correndo todos os riscos resultantes da imposição.

A primeira idéia foi a de convocar a aldeia de *Capembe* e ordenar-lhes que fizessem um ensaio pelo processo que me havia sido explicado.

Mas a idéia foi posta de lado porque pouco tempo antes me haviam emprestado um pequeno livro publicado pelas Nações Unidas e intitulado “*Social progress through community development*” cujo conteúdo tinha presente. Na altura da leitura ficamos com dúvidas sobre a utilidade dos métodos ali preconizados para aplicação ao caso de indivíduos habituados a uma tutela autoritária e paternalista.

As dúvidas levantadas pelo processo de quebra da rocha associaram-se às que anteriormente haviam surgido quanto à aplicabilidade local dos métodos de D.C. e, embora logicamente isso só devesse conduzir à idéia de abandonar ambos, o que é certo é que cada vez se firmava mais a convicção de que só a prática podia decidir em ambos os casos. Por outro lado, e no caso das rochas, repugnava-nos obrigar alguém a um trabalho pesado, que podia resultar em pura perda de esforço, pelo uso da autoridade de que estávamos investidos e que de forma alguma servia de garantia ao êxito do empreendimento.

Depois de ponderarmos todos esses fatores refizemos a idéia inicial e decidimos que os interessados é que resolveriam a respeito da utilização, ou não, do método que nos havia sido indicado e que seriam eles a tomar a iniciativa do empreendimento se a ele se decidissem” (Franco, 1966:89-90)

Assim, a intervenção estaria limitada ao auxílio solicitado e seus resultados mais positivos do que por meio de um método “dirigista”. Franco reconhecia que o mérito do ensaio estava em “mostrar à população que podia enfrentar e resolver alguns problemas fora do paternalismo que habitualmente esperavam da administração” (Franco, 1966:95). Este pequeno enxerto do seu ensaio no Concelho de Ganguela nos dá acesso às orientações para a ação do administrador que se seguirão nas outras duas localidades em que atuará nos anos seguintes. Embora sua presença seja mais prolongada em Duque de Bragança e Malanje, a sua idéia de estar num papel de intermediário que iria trazer soluções para os problemas locais continuaria presente, chegando mesmo a identificar esta forma de trabalho como algo não apenas mais ético, mas também mais rentável politicamente:

“Tínhamos como preocupação presente procurar que o trabalho da administração se realizasse mais pela persuasão e mentalização das populações administradas do que pelas imposições e sanções. Por isso, e logo que nos foi possível, passamos a visitar frequentemente as comunidades da área procurando contactar em cada uma delas, não só a respectiva autoridade, mas também os elementos da população que se reuniam. Alguns meses depois começou a ser perceptível um grau efectivo de comunicação entre as populações e a Administração” (Franco, 1966:97).

É esta imagem de uma mediação mais eficiente, quanto ao seu trabalho como *administrador de populações*, que se repete nas outras duas situações narradas. O quadro abaixo localiza no tempo e espaço a sua atuação ao longo dos 8 anos, de onde retira o material empírico para sua dissertação.

Quadro 1: Atividades de Carlos Gouveia Franco, por concelho, cargo, período e populações contatadas.

Concelho	Período	Populações	Principais atividades
Ganguelas (Huíla)	Dez/1957 a mar/1958 ⁷ - Secretário do Concelho e chefe do Posto da Sede do Concelho	Comunidade Capembe – 200 famílias	Promoção de reuniões mediando assunto de interesse da administração e das autoridades locais; auxiliar a população a solucionar problemas
Duque de Bragança (Sá da Bandeira)	Mar/1958 a nov/1961 ⁸ - Administrador do <i>Concelho de Duque de Bragança.</i>	4 postos: quatro postos: <u>Sede</u> e <u>Cateco</u> <u>Cangola</u> (constituídos por maioria Gingas e minoria Ambacas), <u>Quale</u> (Gingas e Mahungos) e <u>Forte República</u> (maioria Gingas e Mahungos e minoridade Maiacas, Maholos, Bangalas e Mussucos); pop. 100.000 habitantes	Visita às comunidades; Construção de habitações e fossas sanitárias,
Malanje	Nov/1961 a mar/1966 ⁹ - Administrador de Malanje	5 postos: <u>Sede</u> (todos os grupos étnicos), <u>Cainzuri</u> (Gingas, Massongos e Bondos), <u>Ritondo</u> (Gingas e Massongos), <u>Mucari</u> (Gingas, Bondos e Massongos), <u>Cangandala</u> (Massongos e Massuelas) – 174.000 habitantes	Melhoria da habitação, difusão dos meios de ensino, abastecimento de água potável e irrigação e introdução de novas culturas por meio da oferta de crédito rural (1966:124).

Ao longo do tempo, sua atuação foi cobrindo áreas e populações cada vez maiores, pelo que notamos nos relatos. E nas três atuações de Franco, uma atenção especial foi sempre dada quanto à “utilidade e viabilidade” dos métodos e processos de desenvolvimento comunitário, tema que dá título à sua dissertação. A questão que se colocava para Franco era

⁷ Ver (1966:86-95)

⁸ Ver (1966: 96-118)

⁹ Ver (1966: 119-199)

como promover o crescimento econômico dessas populações, vencendo o conjunto de obstáculos variados que as envolviam nesse “progresso”. Como obstáculos, Franco entendia que se tratava de populações com “valores tradicionais”, valores estes em choque e inadequados à visão “racional e utilitária da inovação” (Franco, 1966:245). Diante de uma população que resistia à mudança, os métodos aplicados se mostraram úteis e eficazes, na medida em que permitiam “reunir em volta de pontos de interesse comum a grande massa dos membros das comunidades” (Franco, 1966:245)¹⁰. Os métodos seriam “dinâmicos” e “polivalentes” e o conceito de “comunidade” possibilitou a delimitação de um trabalho de campo¹¹. Assim, demonstrava na prática “a abertura e eficácia que a apreciação teórica lhes havia reconhecido” (1966: 247).

A DISSERTAÇÃO: em que condições foi escrita?

A narrativa que analisamos informa que apreciação teórica conduziu o profissional nas negociações que se estabeleceram no campo. É para este ponto que eu gostaria de me voltar agora. Franco diz utilizar os termos teóricos para atuar no campo de forma mais acertada, mas em que termos poderia esta atuação ser considerada mais ou menos acertada? Para as populações com que trabalha ou para os padrões estabelecidos fora daquela localidade? De onde viria esse olhar, responsável por uma análise e atuação *mais compreensiva* dos interesses do *outro*? Em que termos se distinguiria da conduta “paternalista” antes praticada?

Ao perceber os instrumentos teóricos sendo colocados em uso ao longo dos “ensaios” escritos por Franco, e observar que a dissertação data de 1966, intuo ter sido esta escrita durante a sua atuação em Angola, ou mesmo logo assim que retornara a Lisboa. Embora eu não tenha registro sobre as aulas que frequentou na instituição de ensino (o que me levaria ao registro de alunos em outros arquivos ainda não consultados), alguns fragmentos podem ser levantados, se pensarmos na sua dissertação como um “objeto” a ser manuseado com um olhar cuidadoso¹².

Vejamos como Franco constrói sua narrativa. Os “ensaios” que descreve encontram-se delineados no 5º capítulo de uma dissertação composta por outros 6, 1 prefácio e uma parte final com referências bibliográficas. O tema que aborda e que é apresentado logo no prefácio trata do “desenvolvimento equilibrado” orientado a partir de um sistema sócio-político

¹⁰ À pág. 122, Franco chega a mencionar o encorajamento de comportamentos desejáveis (cooperação) ao invés da repressão dos comportamentos indesejáveis.

¹¹ Por vezes, no lugar de “comunidade” encontramos também “aldeia” como ponto de delimitação do escopo de atuação da administração.

¹² Aqui nos remetemos a um procedimento analítico inspirado em Michel Foucault, 2000.

“saudável”, que seria a base da sustentação e dos resultados econômicos positivos esperados naquele momento de grande crescimento da economia em Angola. Como agente do Estado, Franco sinaliza para a dimensão não-econômica que determina um quadro ideal de funcionamento da máquina social dentro das fronteiras do império português, para o qual *deveriam* se dirigir os esforços de vasta parcela da sociedade. Delineando o problema, Franco sinaliza as “fraquezas” desse sistema sócio-político, ao detectar o surgimento de conflitos e tensões, pelos “aspectos sociais [que] se multiplicam, oferecendo graus de contraste bastante acentuados” (Franco, 1966:5)¹³.

Por trás do termo “aspectos setoriais múltiplos” está a idéia de uma pluralidade de situações sociais que vêm sendo consideradas como “problemáticas” para os ideais esperados de governantes e economistas daquele momento. A idéia dicotômica de “inaptidão” e “aptidão” complementa a idealização de um sistema sócio-político “suficientemente plástico” e “virado às realidades”, idéia que se sobressai de um caráter nacional português, em construção a partir dos meados da década de 1950¹⁴. Assim, Franco procura encontrar respostas para a questão do progresso em um ambiente permeado por diversidade social e conflitos.

A partir desta problemática, Franco vai desenvolver nos três primeiros capítulos reflexões sobre o “desenvolvimento econômico” e os “obstáculos que se opõem à transformação”, que o auxiliariam a fortalecer sua atuação frente ao desejo de uma ordem idealizada. No terceiro capítulo, são dispostos os principais métodos utilizados na aplicação em campo, como “desenvolvimento comunitário” e “comunidade”.

No 4º capítulo sua atenção se concentra mais detalhadamente sobre Angola, onde apresenta os programas e planos orientados para a promoção sócio-econômica. Aqui mostra as ações direcionadas para uma integração das populações “negro-africanas”, no sentido de torná-las “aptas” a participarem do processo de desenvolvimento. O importante nesse processo seria localizar os particularismos de cada localidade, a partir de uma pesquisa avançada e de conhecimentos sobre a vida social e cultural. Somente assim as demandas de mudança (que se orientavam para o progresso econômico) poderiam ser atendidas. Entre os objetivos dos programas estão temas como “ensino”, “saúde”, “melhoria da habitação”,

¹³ O ideal de ordem encontrado na perspectiva dos administradores coloniais foi objeto de consideração por Evans-Pritchard, ao procurar distinguir as atividades do administrador das do antropólogo. Para este autor, a questão da prosperidade material, alfabetismo, instituições democráticas seria crenças de quem controla a política e por isso procurariam proporcionar essas mesmas vantagens aos povos do seu território colonial. Este, segundo o autor, seria um ponto de “filosofia moral” e não de antropologia social, esta última se detendo apenas à investigação dos fatos. Ver EVANS-PRITCHARD, 1978:133-134. Este, na minha opinião, seria um ponto importante que está implícito na discussão proposta nesta comunicação.

¹⁴ E aqui se vêm refletir as idéias de Gilberto Freyre que nesta altura caminhavam a passos largos pelo circuito acadêmico português. Para mais detalhes, ver esta discussão em Abrantes, 2007.

“melhoria da formação doméstica da mulher”, “melhoria do cultivo e defesa dos solos”, “estabilização das populações” e “indústria e artesanato”.

Na sequência do 5º capítulo - onde descreve a sua atuação - o autor no 6º faz uma avaliação sobre a utilidade dos métodos propostos: o que chama de D.C. (desenvolvimento comunitário). A avaliação destes programas e seus métodos só seria possível por meio de se analisar cada situação em particular. Em sua conclusão, composta apenas de 4 páginas, faz um resumo que informa a centralidade do trabalho para os serviços de administração em Angola.

Ao longo da narrativa, diferentes referências bibliográficas são utilizadas, mostrando uma afinidade com teorias recentes sobre problemas do desenvolvimento, originárias dos Estados Unidos, Inglaterra e França. Esses autores oferecem o arcabouço teórico no qual Franco estabelece as condições da sua escrita e reflexão. Os diferentes discursos vão muito além do objeto do presente texto, mas seria interessante observar sua composição e percebê-los como integrantes de reflexões e de disputas próprias daquele momento pós 2ª Guerra, em que os Estados-Nações se reorganizavam e uma preocupação com a paz e com uma ética social eram os pontos obrigatórios do debate.

No entanto, cabe sinalizar aqui os espaços que viabilizaram a circulação dessas idéias, espaços estes também sociais, do qual Franco fazia parte, e onde determinadas escolhas tiveram lugar e foram transmitidas aos alunos. As comunicações escritas não são produzidas em um vazio, mas dentro do universo de expectativas de um público leitor para o qual se dirigem e com quem compartilham determinados significados. São estas relações que nos permitem apreender o contexto de produção da narrativa de Franco, onde se fez presente um modo de interpretar as diferentes variáveis com as quais o autor se deparou ao longo de sua experiência em Angola. Ao contrário de apreender o conteúdo da sua narrativa como produto individual de um autor, tenho em mente perceber um feixe de relações que possibilitaram o seu relato.

No texto encontramos dados que o conectam a espaços sociais frequentados por outros autores, com quem conviveu ao estar vinculado ao ISCSPU. Entre as referências bibliográficas do texto encontramos professores daquela instituição, circunscrevendo temas específicos conforme visualizamos nos títulos de seus artigos, na tabela abaixo:

Quadro 2: os professores do ISCSPU e referência bibliográfica utilizada na tese

Professor	Título
COISSORÓ, Narana, Direito	<i>“As instituições de direito costumeiro negro-africano” – Separata de Angola – Curso de Extensão Universitária.</i> Lisboa: Ed. Do I.S.C.S.P.U, 1964
PEREIRA NETO, João, Antropologia	<i>“Movimentos Subversivos de Angola”</i> In: Angola, curso de extensão universitária. Ed. Do ISCSPU, Lisboa, 1964.
FORTUNA, Vasco, Economia	<i>“Estruturas econômicas de Angola”</i> In: Angola, curso de extensão universitária. Ed. Do ISCSPU, Lisboa, 1964.
DIAS, Jorge, Antropologia	<i>“Problemas e métodos em estudos de comunidade”.</i> In: Colóquios sobre metodologia das Ciências Sociais . Ed. Do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa. 1958
GONÇALVES, José Júlio, Sociologia	<i>“A terminologia científica e o Ultramar”.</i> IN: Política de Informação, Ed. Do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa: 1963

Estes professores demonstram a pluralidade de perspectivas que se apresentavam aos alunos, que naquele momento eram em sua grande maioria funcionários do quadro administrativo (ou em vias de ser). O ISCSPU era uma instituição antiga fundada em 1906 para formação de administradores para o Ultramar e em 1966, apesar de intensas transformações nos programas dos cursos, sua função não deixou de ser diferente. Os administradores recebiam uma licença para atenderem às aulas e dissertarem sobre o assunto de interesse, embora Franco não expresse as condições do seu ingresso naquela instituição.

Dos autores listados acima, João Pereira Neto foi o orientador da sua dissertação. Pela bibliografia deste antropólogo, interessado nos conflitos que emergiam nas colônias, percebe-se que dedicou parte do seu trabalho à compreensão do fenômeno dos “movimentos subversivos”. Para além dos cursos de economia, de direito ultramarino e costumeiro, Franco teve orientações quanto ao método antropológico - ou pelo menos se utilizou de uma gama de conceitos nos quais a idéia de “cultura” e “sociedade diferenciada” aparecem. Estes conceitos foram utilizados para construir seu argumento quanto aos valores tradicionais e os obstáculos ao seu progresso.

O OUTRO: a antropologia como um discurso apropriado para o serviço

O conhecimento antropológico, no texto de Franco, está inserido em uma preocupação com a resistência ao progresso e com as dificuldades para a “inovação”. São obstáculos considerados resultantes de uma “cultura” própria daquela “comunidade”. Um conjunto “complexo que compreende o conhecimento, a crença, a moral, a lei, o costume e todas as

outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem em sua qualidade de membro da sociedade”. Uma referência explícita à noção de cultura em Tylor, que o autor retira do livro de L. J. Lebreton (1958)¹⁵. É neste sentido que afirma não se poder modificá-la visando apenas o aspecto econômico, mas principalmente o “cultural”, quando se refere ao “consentimento e participação daqueles cujos modos de vida se pretende mudar” (Franco, 1966:28).

A noção de cultura permite a Franco se aproximar daqueles grupos com os quais o Estado português pretende lidar e transformar. Como disse Evans-Pritchard em seu texto sobre Antropologia Aplicada (1978), o uso dos fatos antropológicos permite aos administradores coloniais uma possibilidade de estabelecer um plano de ação mais eficaz ou estimar mais corretamente os efeitos de uma medida administrativa. Evans-Pritchard, entretanto, defende não ser função do antropólogo assinalar a conduta a seguir¹⁶. Por ser um conjunto sistemático de conhecimento sobre as “sociedades primitivas”, Evans-Pritchard sinaliza para sua utilidade para assuntos práticos dentro de certos limites, pois diminui as possibilidades de se cometerem erros sérios. Entretanto, na sua visão, a antropologia não teria como função estabelecer o controle dessas populações e auxiliar em seu planejamento.

O ensino da antropologia e sua importância para a administração colonial é uma questão central, não apenas hoje, como o foi também nas primeiras décadas do século XX, por aqueles preocupados em refletir sobre o papel e efeitos do conhecimento antropológico para as sociedades do qual participava, como foi o caso de Evans-Pritchard. As escolas coloniais inglesas e francesas mantiveram em seus quadros antropólogos, que receberam suporte para suas pesquisas a partir da utilidade e conveniência destas para a administração colonial¹⁷. É neste campo mais vasto de interconexões que se poderia compreender o acúmulo desse tipo de conhecimento: um saber sobre sociedades distantes que precisavam ser reconhecidas, traduzidas para um mundo mais próximo de seus governantes.

A antropologia em Portugal teve um percurso distinto. Embora fosse ensinada no ISCSPU desde a sua criação - como Escola Colonial - o seu papel ganha relevância apenas após a 2ª guerra mundial, com o incremento de críticas ao colonialismo português e a necessidade de ajustes teóricos, quando os projetos de industrialização dão lugar ao antigo *carrying trade*¹⁸. Nesse processo, uma reorientação dos estudos permite que o *outro* dos territórios sobre domínio português, antes silenciado na maior parte dos discursos, se transforme em objeto de conhecimento. A antropologia passa a ser cada vez mais reconhecida no circuito acadêmico e político português. Donato Gallo, em 1988, ao refletir sobre a

¹⁵ A referência bibliográfica no texto é L. J. LEBRET (1958). *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente*. Livraria Moraes Editora, Lisboa.

¹⁶ Ver EVANS-PRITCHARD, 1978:133

¹⁷ Cf. KUKLICK, 1991:182

¹⁸ Cf. GALLO, 1988:16

antropologia e colonialismo, defende que embora em Portugal não houvesse um grande número de produções antropológicas sobre os grupos étnicos das colônias, esse conhecimento sobre o *outro* não deixou de se processar graças à atividade dos administradores. Estes enviavam com frequência relatórios, que num período pós 2ª guerra, passaram a ser teses, compondo textos cujo conhecimento interpretava em grande medida aquilo que ainda não era conhecido.

Dos anos 1906 até o final do colonialismo, em 1974, diferentes foram os contextos e instrumentos de produção sobre o *outro*, de acordo com interesses de grupos e participantes do processo. Essa multiplicidade de discursos me leva a apontar a dissertação de Franco como um ponto entre outros, que não poderia ser considerado de forma isolada. Precisamos de uma maior aproximação aos espaços onde esse conhecimento se transformou, considerando-se as interações e encontros específicos entre atores envolvidos. Contrapondo-me a Gallo que afirmou ser a antropologia em Portugal conduzida por uma cultura política colonial, meu argumento é distinto. Procuro identificar os processos pelos quais certas formas de conhecer o outro foram possíveis, dentro de espaços próprios e a partir de formas de interação específicas, que nos levam a ter uma maior clareza sobre a relação entre a produção do conhecimento antropológico e a ação do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 1949 a 1974 - ano em que o ISCSPU foi fechado em função dos acontecimentos revolucionários - foram apresentadas 277 dissertações de licenciatura. Destas, apenas 25 não estavam referidas às ex-colônias¹⁹. Sobre Angola, foram 82 dissertações, sendo que 32 classificadas como “etnográficas” pelo índice bibliográfico publicado em revista do mesmo instituto²⁰. Este material é hoje visto como parte de um passado a ser esquecido, em função da sua proximidade com a ideologia colonial. Grande parte das análises construídas atualmente sugerem uma distância das construções teóricas conectadas ao ISCSPU, apoiando-se em conhecimentos acumulados em outras localidades para suas elaborações.

Entretanto, embora essa material possa ser pensado como parte da construção de memória de interesse imperial – e isso não pode ser negado – a minha intenção não é de excluí-lo do debate atual, mas de colocá-lo como objeto de conhecimento, percebendo-o como um espaço onde registros, textos e inscrições foram produzidas, armazenadas e

¹⁹ Cf. GALLO, 1988

²⁰ Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1970. Vol III. Para as dissertações depois desta publicação, as informações foram retiradas de uma listagem disposta por GALLO, 1988.

preservadas a partir de suas relações institucionais. Os textos podem ser percebidos como objetos emblemáticos de uma forma de construção de conhecimento com pretensão à verdade, de modo que precisam ser compreendidos como resultados de um processo histórico específico. Processo este, que ao ser conhecido, pode trazer uma nova perspectiva para o ofício do antropólogo e o ensino da antropologia atualmente, em Angola como também no Brasil. Embora os interesses coloniais sobre a produção antropológica tenham se transformado ao longo do tempo, os espaços de onde esses conhecimentos emanaram se mantêm ausentes de uma reflexão nos tempos atuais. Enquanto a antropologia continua sendo referida como aquela capaz de construir a história do “colonizado”, dos “excluídos” mantém-se uma divisão de trabalho que não é apenas natural, mas fruto de uma história ainda a ser conhecida²¹.

As dissertações contam histórias de lutas, de interesses em jogo em um determinado momento, o que nos permite olhar para eles como artefatos de conhecimento sobre as sociedades africanas. São também locais através dos quais indivíduos e grupos (ou mesmo instituições) performatizaram e fizeram uma apresentação de si, como os mais aptos a contar essa história. Assim, recontar a história dessas construções pode ser uma via de acesso para identificar seus limites e abrir espaços para novas interpretações sobre essas sociedades que se baseiem em uma perspectiva mais próxima da realidade. Isso significa ter a possibilidade de reconhecer outras construções, originárias de espaços nem sempre reconhecidos atualmente como legítimos e politicamente interessantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Carla S. A. (2005). *Narrando Angola: a trajetória de Mário António e a invenção da “Literatura Angolana”* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social/ MN- UFRJ. [texto policopiado]

CASTRO FARIA, Luís de (2002). *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

DIRKS, Nicholas (2001). “The imperial archive: colonial knowledge and colonial rules”. In: *Castes of mind: colonialism and the making of Modern India*. Ed. N. Dirks, Princeton: Princeton University Press.

²¹ As considerações sobre uma perspectiva antropológica dos artefatos historicamente produzidos foi inspirada especialmente em DIRKS (2001, 2002), CASTRO FARIA (2002), SOUZA LIMA (1989), e PACHECO DE OLIVEIRA (2004)

_____ (2002) “Annals of the Archive: Ethnographic Notes on the Sources of History” In: *From the margins: Historical Anthropology and its futures*, edited by Brain Keith Axel, 47-65. Durham: Duke University Press.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. (1978). “Trabalho de campo e tradição empírica” e “Antropologia aplicada”. In: _____ *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70.

FRANCO, Carlos Gouveia (1966) "*Da utilidade e viabilidade dos métodos de desenvolvimento comunitário em Programas de Promoção Socio-Economica em Algumas regiões de Angola*" Dissertação de licenciatura, ISCSPU, Lisboa.

FOUCAULT, Michel (2000) *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 6ª edição.

GALLO, Donato (1988) *Antropologia e Colonialismo: O Saber Português*. Edição ER - 0 Heptágono, Lisboa.

KUKLICK, Henrika (1991) *The savage within: the social history of British anthropology, 1885-1945*. Cambridge University Press.

MANDANI, Mahmood (1996) *Citizen and subject. Contemporary Africa and the legacy and late colonialism*. Princeton: Princeton University Press.

MITCHELL, J. Clyde (1969). “The Concept and Use of Social Networks”. In *Social Networks in Urban Situations – Analyses of Personal Relationships in Central African Towns*. Manchester University Press.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. (2004). “Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia”. In: LANGDON, Esther Jean & GARNELO, Luiza (org). *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre uma antropologia interpretativa*. Rio de janeiro: Contra Capa Livraria.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (1989). “Os museus de história natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil” In: *Comunicações do PPGAS*, v. 000013, p. 1-85.

WEBER, Max (1944) *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.